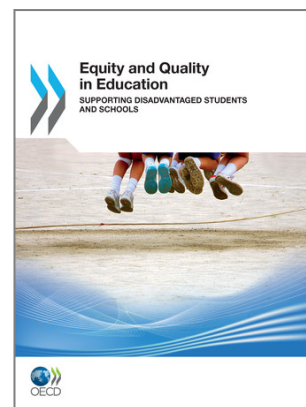


Equity and Quality in Education. Supporting Disadvantaged Students and Schools

Summary in Portuguese



Leia todo o livro em:
10.1787/9789264130852-en

Equidade e Qualidade na Educação. Apoio às escolas e aos alunos desfavorecidos.

Sumário em Português

- Entre os países OCDE, quase um em cada cinco alunos não atinge um nível básico mínimo de formação. Além disso, os alunos oriundos de meios sócio-econômicos desfavorecidos têm duas vezes mais probabilidades de ter fraco aproveitamento. A falta de equitabilidade e de integração podem levar ao fracasso escolar e isto significa que um em cada cinco jovens adultos, em média, abandona os estudos antes de completar o segundo grau.
- A redução do fracasso escolar é positiva tanto para a sociedade como para os indivíduos. Os sistemas educacionais mais eficazes dos países da OCDE combinam qualidade e equidade. Este relatório apresenta recomendações em matéria de políticas para que os sistemas educacionais possam ajudar todas as crianças a terem êxito no percurso escolar.

A redução do fracasso escolar é positiva, tanto para a sociedade como para os indivíduos. Também pode contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Na verdade, os sistemas de ensino com melhor desempenho entre os países da OCDE são aqueles que combinam qualidade e equidade. Equidade, na área da educação, significa que circunstâncias pessoais ou sociais como o gênero, a origem étnica ou o meio familiar não representam nenhum obstáculo para a realização do potencial educacional (equidade) e que todos os indivíduos atingem pelo menos um nível mínimo básico de formação (inclusão). Nesses sistemas educacionais, a vasta maioria dos alunos tem a possibilidade de atingir altos níveis de formação, independentemente das respectivas circunstâncias pessoais e sócio-econômicas.

Os países da OCDE frente ao problema do fracasso e abandono escolar

Entre os países da OCDE, quase um entre cinco alunos não atinge o nível básico mínimo básico de formação que lhe permita funcionar nas sociedades de hoje (o que denota falta de inclusão). Os alunos oriundos de meios desfavorecidos no plano sócio-econômico tem duas vezes mais probabilidades de ter fraco aproveitamento escolar, o que significa que as circunstâncias pessoais ou sociais representam obstáculos para a realização do potencial educacional (o que denota falta de equidade). A falta de inclusão e de equidade agrava o fracasso escolar, cuja manifestação mais visível é o abandono escolar (uma média de 20% dos jovens adultos abandonam os estudos antes de concluir o segundo grau).

O aumento da equidade e a redução do fracasso escolar são fatores gratificantes.

Os custos econômicos e sociais do fracasso e do abandono escolar são altos, ao passo que a realização com êxito da formação secundária proporciona aos indivíduos melhores empregos e perspectivas de vida mais saudáveis, o que resulta em maior contribuição para o orçamento público e os investimentos. As pessoas com nível de formação mais elevado contribuem para o aumento da democracia nas sociedades e para uma maior sustentabilidade da economia, sendo menos dependentes de subsídios públicos e menos vulneráveis aos revezes econômicos. As sociedades que dispõem de indivíduos com bom nível de formação têm mais capacidade de reagir às crises presentes e futuras. Por isso, o investimento na educação pré-escolar, primária e secundária para todos, e em particular para as crianças oriundas de meios desfavorecidos, é equitativo e também eficiente no plano econômico.

As políticas educacionais exigem investimento nos alunos, desde o ciclo pré-escolar até o fim do segundo grau.

No processo que conduz à reativação econômica, a educação tornou-se um fator fundamental na estratégia de crescimento dos países da OCDE. Para que possa ser eficaz a longo prazo, o aperfeiçoamento educacional têm de permitir que todos os alunos tenham acesso desde o início da vida escolar a uma educação de qualidade, para que permaneçam no âmbito escolar até pelo menos o final do segundo grau e obtenham as competências e os conhecimentos de que necessitarão com vista à sua efetiva integração social e profissional no mundo do trabalho.

Uma das mais eficazes estratégias educacionais para os governos consiste em investir desde a formação pré-escolar até o segundo grau. Os governos podem reverter o fracasso escolar e reduzir o abandono escolar, usando duas abordagens paralelas: eliminando as práticas do sistema relativas ao nível, que obstruem a equidade, e tendo como alvo as escolas desfavorecidas, cujos alunos apresentam fraco aproveitamento. Mas as políticas educacionais têm de ser alinhadas por outras políticas governamentais, tais como as políticas habitacionais e previdenciárias, com vista a facilitar o acesso aos alunos.

Evitar políticas a nível de sistema, que conduzem ao fracasso e abandono escolar.

A maneira como são concebidos os sistemas educacionais pode exacerbar as desigualdades iniciais, tendo um impacto negativo na motivação e no empenho dos alunos, levando, a termo, ao abandono escolar. A eliminação dos obstáculos à equidade a nível do sistema aumenta a equidade e traz benefícios aos alunos desfavorecidos, sem prejudicar o avanço dos outros alunos. Cinco recomendações podem contribuir para prevenir o fracasso escolar e promover a conclusão do segundo grau:

1. Eliminação da repetência de classe

A repetência de classe é dispendiosa e ineficaz na produção de resultados na área educacional. Podem ser mencionadas, entre outras estratégias alternativas com vista a reduzir esta prática: evitar a repetência, suprimindo as lacunas na aprendizagem durante o ano letivo; aprovação automática ou limitação da repetência a assuntos ou módulos com reprovação, com assistência específica; e aumentar a conscientização para que seja mudada a assistência cultural à repetência. Para apoiar essas estratégias, as políticas complementares têm de reforçar as competências dos professores e das escolas, com vista a atender de maneira adequada às necessidades dos alunos em matéria de ensino, bem como o suprimento de assistência precoce, regular e tempestiva. Reduzir a taxa de retenção de classe também exige o aumento da conscientização nas escolas e na sociedade acerca do custo e do impacto negativo nos alunos e definição de objetivos e alinhamento de incentivos para as escolas.

2. Evitar a identificação precoce de aptidões e adiar a seleção dos alunos para o segundo grau

A seleção precoce de alunos tem impacto negativo nos alunos com percurso menos positivo e exacerba as desigualdades, sem no entanto aumentar o desempenho médio. A seleção precoce de alunos deve ser adiada para o segundo grau, sendo ao mesmo tempo reforçada a escolaridade abrangente. Em contextos nos quais há relutância em reduzir a identificação precoce de aptidões, a supressão de percursos ou grupos de nível mais baixo pode atenuar os seus efeitos negativos. A limitação do número de matérias ou a duração do agrupamento de aptidões, o aumento das oportunidades de mudar de percurso ou de classe e o fornecimento de altos padrões curriculares aos alunos nos diferentes percursos podem reduzir os efeitos negativos da identificação, transmissão e agrupamento precoce em função das aptidões.

3. Gerir a escolha da escola com vista a evitar a segregação e o aumento das desigualdades

Fornecer total escolha escolar parental pode resultar na segregação dos alunos em função das aptidões, do meio sócio-cultural e gerar maiores desigualdades nos sistemas educacionais. Os programas de escolhas podem ser definidos e geridos com vista a equilibrar a escolha, limitando ao mesmo tempo o seu impacto negativo na equidade. Há diferentes opções possíveis: a introdução de esquemas de escolha controlada pode combinar a escolha parental e assegurar uma distribuição mais diversificada dos alunos. Além disso, para assegurar o equilíbrio, os incentivos para tornar os alunos desfavorecidos atraentes para as escolas de alto padrão, os mecanismos e comprovantes de seleção escolar ou créditos fiscais podem ser opções alternativas. As políticas também têm de aumentar o acesso das famílias desfavorecidas à informação sobre escolas, prestando-lhes assistência na definição de escolhas bem-informadas.

4. Tornar as estratégias de financiamento sensíveis às necessidades dos alunos e das escolas

Os recursos disponíveis e a maneira como são gastos influem nas oportunidades de aprendizagem para os alunos. Para assegurar a equidade e a qualidade nos sistemas educacionais, as estratégias de financiamento devem: garantir o acesso à educação e cuidados para a primeira infância (ECEC), em particular às famílias desfavorecidas; usar estratégias de financiamento, tais como fórmulas ponderadas de financiamento, que levem em consideração o fato de que o custo educacional de alunos desfavorecidos pode ser mais elevado. Além disso, é importante equilibrar a descentralização e a autonomia local com prestação de contas quanto aos recursos, para assegurar assistência aos alunos e às escolas mais desfavorecidos.

5. Conceber alternativas de segundo grau equivalentes para assegurar a conclusão da formação.

Embora a educação de segundo grau seja um nível estratégico de educação para indivíduos e sociedades, entre 10 e 30 por cento de jovens iniciantes não completam este nível. As políticas com vista a aumentar a qualidade e a concepção de instrução de segundo grau podem torná-la mais relevante para os alunos e assegurar a conclusão da formação. Para o efeito, há diferentes opções políticas: tornar os percursos acadêmicos e vocacionais equivalentes, através do aumento da qualidade da educação vocacional e da formação, permitindo transições a partir dos estudos acadêmicos para os estudos vocacionais, eliminando as barreiras intransponíveis; reforçar a orientação e o aconselhamento para os alunos e definir medidas específicas com vista a prevenir o abandono escolar, tais como percursos adicionais para obter o segundo grau ou incentivos para permanecer no sistema escolar até o término da formação.

Ajudar as escolas e alunos desfavorecidos a melhorarem as suas condições

As escolas com maiores parcelas de alunos desfavorecidos enfrentam maiores riscos de desafios que podem resultar em fraco aproveitamento, comprometendo o conjunto do sistema educacional. As escolas desfavorecidas, com fraco aproveitamento, muitas vezes têm falta de capacidade interna de auxílio ao aperfeiçoamento, dado que os

dirigentes escolares e os professores, bem como o ambiente escolar, os colegas e os vizinhos frequentemente são incapazes de oferecer uma experiência de aprendizagem de qualidade para os mais desfavorecidos. Cinco recomendações em matéria de políticas mostraram-se eficazes na assistência com vista ao aperfeiçoamento das escolas desfavorecidas com baixo aproveitamento:

1. Reforço e assistência aos dirigentes escolares

A direção da escola é o ponto de partida para a transformação de escolas desfavorecidas com baixo rendimento, mas muitas vezes os dirigentes escolares não são bem selecionados, preparados ou assessorados para exercer o seu papel nessas escolas. Para reforçar as suas capacidades, os programas de preparação de dirigentes de escolas devem fornecer experiência geral e conhecimentos especializados para enfrentar os desafios dessas escolas. Treinamento, orientação e redes podem ser desenvolvidos com vista a uma maior assistência aos dirigentes de escolas para que possam realizar transformações duráveis. Além disso, para atrair e conservar dirigentes competentes nessas escolas, as políticas têm de fornecer boas condições de trabalho, assistência sistêmica e incentivos.

Assistência na reestruturação das escolas tem de ser analisada sempre que necessário. A separação de escolas desfavorecidas com baixo rendimento, a fusão de pequenas escolas e o fechamento recorrente de escolas deficientes podem ser opções políticas em determinados contextos.

2. Estimulo um ambiente positivo propício à aprendizagem

As escolas desfavorecidas com baixo rendimento arriscam enfrentar ambientes difíceis para a aprendizagem. As políticas específicas para essas escolas têm de focalizar mais do que as outras escolas os seguintes aspectos: priorizar o desenvolvimento das relações positivas professor-alunos e entre pares; promover o uso de sistemas de dados e informações para o diagnóstico de escolas, com vista a identificar alunos com dificuldades e fatores de ruptura com o sistema educacional; aconselhamento adequado aos alunos, orientação com vista a dar assistência aos alunos e a facilitar a transição para que continuem no sistema educacional. Além disso, essas escolas podem dispor de organização alternativa do tempo de aprendizagem, inclusive a duração da semana ou do ano letivo, e em função das dimensões da escola. Em alguns casos, a criação de pequenas classes e escolas pode ser uma política com vista a reforçar as interações professor-aluno e aluno-aluno, bem como melhores estratégias de aprendizagem.

3. Atrair, assessorar e conservar professores de alta qualidade

Apesar da importante influência dos professores no desempenho dos alunos, as escolas desfavorecidas nem sempre dispõem de professores com as melhores qualificações. As políticas devem aumentar a qualidade dos professores para as escolas e alunos desfavorecidos, através dos seguintes meios: fornecimento de formação específica para professores, com vista a permitir que os professores recebam as competências e os conhecimentos de que necessitam para trabalhar em escolas com alunos desfavorecidos; fornecimento de programas de orientação para professores principiantes; desenvolvimento de condições de trabalho positivas, com vista a melhorar a eficácia dos professores e a aumentar a conservação dos mesmos; e desenvolver incentivos financeiros e profissionais adequados, com vista a atrair e conservar professores de qualidade em escolas desfavorecidas.

4. Assegurar estratégias de aprendizagem em aula eficientes

Muitas vezes, há baixas expectativas acadêmicas para escolas e alunos desfavorecidos, embora seja certo que determinadas práticas pedagógicas podem fazer a diferença para alunos com baixo rendimento. Para melhorar a aprendizagem nas aulas, as políticas têm de assegurar e facilitar a promoção pelas escolas desfavorecidas do uso de uma combinação equilibrada de educação voltada para o aluno com práticas alinhadas pelo currículo e pelas avaliações. As escolas e os professores devem usar ferramentas de diagnóstico e avaliações formativas e sumativas para monitorar o avanço dos alunos e assegurar-se de que eles adquirem uma boa compreensão e bons conhecimentos. Permitir que as escolas usem currículos que promovam uma cultura de altas expectativas e de sucesso é altamente relevante.

5. Priorizar os vínculos entre as escolas, os pais e as comunidades

Os pais desfavorecidos tendem a se envolver menos na escolaridade dos filhos, por múltiplas razões econômicas e sociais. As políticas têm de permitir que as escolas desfavorecidas priorizem os seus vínculos com os pais e as comunidades e que melhorem as suas estratégias de comunicação, com vista a alinhar os esforços da escola e dos pais. As estratégias mais eficazes têm por alvo os pais que são de mais difícil acesso e identificação e incentivam os indivíduos das mesmas comunidades a orientarem os alunos. A construção de vínculos com as comunidades em torno das escolas, tanto comerciais como de nível social, pode também fortalecer as escolas e os seus alunos.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate. rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal, 75116

Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights



Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE (OECD iLibrary) !

OECD (2012), *Equity and Quality in Education. Supporting Disadvantaged Students and Schools*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/9789264130852-en